

Bibliotecas em movimento: **as bibliotecas móveis em Portugal**

Rui Manuel Neves

Chefe de Divisão de Bibliotecas - Biblioteca Pública Municipal de Montijo, Portugal.

Coordenador do Grupo de Trabalho de Bibliotecas Públicas da BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas).

Presidente da Direcção da LIBERPOLIS.

Resumo:

Pretende-se proceder a uma breve apresentação da história das bibliotecas móveis portuguesas, desde os seus primórdios, nos anos cinquenta do século XX, e, também, a uma reflexão sobre a sua actividade e evolução na senda de novos leitores e da criação das modernas bibliotecas públicas municipais que operaram uma *revolução* no panorama cultural português, contribuindo simultaneamente para o ressurgimento das novas bibliotecas móveis.

Decorreram somente cinquenta e dois anos desde que, pela primeira vez, uma carrinha devidamente apetrechada percorreu algumas estradas e lugares de Cascais, concelho situado a oeste de Lisboa, dando origem à primeira biblioteca móvel em Portugal. Desde então, como veremos em seguida, o panorama das bibliotecas do nosso país alterou-se profundamente.

Esta comunicação tem por objectivo avaliar o percurso das bibliotecas móveis em Portugal desde a sua fundação, referindo-se ao seu apogeu nos anos sessenta, com a rede de bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian e, como não poderia deixar de ser, à realidade dos nossos dias, em que se assiste ao ressurgimento desses serviços nas novas bibliotecas públicas municipais.

1. Fazer leitores: as primeiras bibliotecas rolantes

Ao longo de mais de um século assistimos em Portugal à produção de abundante legislação com o objectivo de constituir um sistema de bibliotecas públicas.

Em 1870, em plena monarquia constitucional, propõe-se a criação de bibliotecas populares. Após a implantação da República, de acordo com um decreto de 1911, proclama-se o propósito de as bibliotecas tornarem os livros úteis aos cidadãos, permitindo o acesso aos livros e a leitura domiciliária. Surge, então, a primeira referência a colecções e a bibliotecas móveis.

Em 1920 já havia 50 unidades em funcionamento. Não obstante, em 1926, durante a ditadura só restavam 19, mas com reduzida utilização. Nesta fase, as bibliotecas tinham como objectivo primordial a conservação do património bibliográfico e aquelas que permitiam o acesso à leitura e à informação faziam-no sobre o controlo da censura à documentação, não fosse aquela contrária à segurança do Estado.

Em 1958 existiam 84 bibliotecas municipais, mas a esmagadora maioria não era mais do que uma sala de leitura com escassa documentação. No entanto, é nesta década que surge em Portugal a primeira biblioteca móvel moderna, inovação que se deve a António José Branquinho da Fonseca, escritor e conservador-bibliotecário do Museu-

Biblioteca do Conde Castro Guimarães, em Cascais. Na verdade, em 1953, já circulava um *carro-biblioteca* ou *biblioteca-circulante* que se desloca até às associações, escolas e lugares centrais das povoações, proporcionando, através do empréstimo domiciliário, o acesso ao livro pela população.

Ainda em 1958, baseado na experiência pioneira de Branquinho da Fonseca e sob a sua direcção, foi criado pela Fundação Calouste Gulbenkian (F.C.G.), instituição privada, o Serviço de Bibliotecas Itinerantes, com o intuito de tentar resolver um problema: o da *educação pós-escolar* dos cidadãos, visto que, quando «o homem não procura o livro» ou «não se interessa pelo livro», tem de ser este a «procurar e interessar o homem, para o servir, quer instruindo-o, quer recreando-o.».

Assim, o objectivo essencial era promover e desenvolver o gosto pela leitura e elevar o nível cultural dos cidadãos, assentando a sua prática no princípio do livre acesso às estantes, empréstimo domiciliário e gratuidade do serviço. Estas bibliotecas constituíram durante muitos anos a única possibilidade de acesso ao livro a diversas faixas etárias e sociais da população, particularmente do interior.

Nesta fase foram criadas 15 bibliotecas itinerantes, número que rapidamente se multiplicou, pelo que em 1961 o país era invadido por uma frota cinzenta de 47 veículos de marca *Citröen*. Muitos portugueses viram, então, um livro pela primeira vez!

As bibliotecas itinerantes ou *carros-biblioteca* levavam a bordo cerca de dois mil volumes arrumados nas estantes. Nas prateleiras de baixo, encontram-se os livros para crianças, nas prateleiras do meio a literatura de ficção, de viagens e biografias e, por fim, nas de cima os livros menos procurados, de filosofia, poesia, ciência e técnica. Circulavam por territórios que abrangiam mais do que um concelho, permitindo, após o cumprimento das formalidades de inscrição e requisição, o empréstimo dos

livros por períodos de um mês, prorrogáveis, sendo até possível efectuar reservas.

A gestão das colecções era feita na sede do serviço, em Lisboa. Após a criação das bibliotecas fixas, em várias localidades do país, estas passaram a funcionar também, como depósitos, ou seja, a cada biblioteca itinerante correspondia uma dotação de 15 a 20 000 volumes, que satisfaziam já grande parte da população residente e que aguardavam, em simultâneo, a sua vez de percorrerem as localidades.

No que concerne ao pessoal que assegurava o funcionamento destas unidades móveis, era constituído por dois elementos: o auxiliar e o encarregado, responsável pela biblioteca, a quem competia orientar o leitor nas suas escolhas de leitura.

Em 1962 existiam 47 bibliotecas itinerantes, o número de leitores rondava os 300 000 e os livros emprestados atingiam os 3 milhões! Na sequência desta actividade surgiram novas bibliotecas fixas, sediadas nas localidades de concelho mais povoadas e instaladas em edifícios municipais, organismos culturais, hospitais e prisões, dando origem ao Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian, o qual dispunha de 159 unidades (52 itinerantes e 107 fixas).

Durante a ditadura salazarista, que assentava a sua acção na manutenção da censura e do obscurantismo da sociedade portuguesa, o livro e a leitura eram um luxo e também, uma actividade arriscada. Foi, no entanto, a acção levada a cabo pela F.C.G. que dotou o país de uma rede de bibliotecas coerente, com o objectivo principal de alcançar a promover o gosto pela leitura.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974 e com a instalação da democracia em Portugal, a F.C.G. continuou a assegurar a disponibilização de livros e a proporcionar a prática da leitura. Assim, no início da década

de 90, o número de bibliotecas fixas aumentou para 169 e as itinerantes para 36.

2. Uma revolução silenciosa: a nova biblioteca pública municipal

Em 1983, a obsolescência e o declínio da rede de bibliotecas itinerantes e fixas da F.C.G. [devido à indefinição estratégica no que respeita ao investimento contínuo no serviço]; os baixos índices de leitura, aliados à elevada taxa de analfabetismo; a ausência da questão das bibliotecas públicas no discurso político, conduziu alguns profissionais de diversas proveniências a tomar uma posição pública ao elaborar o *Manifesto da Leitura Pública em Portugal*. Neste documento apelou-se à sensibilização das autoridades nacionais e locais, assim como à opinião pública em geral para a inexistência de uma prática de leitura pública e de espaços adequados em Portugal.

Deste modo, em 1987 deu-se início à prática do *Programa Nacional de Leitura Pública* (P.N.L.P.) que emanava de uma estratégia claramente definida, explícita no relatório *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais*, da então Secretaria de Estado da Cultura, de dotar o território continental português de modernas bibliotecas públicas.

O P.N.P.L. consiste na edificação de uma biblioteca pública municipal, através da partilha dos custos (50%), entre a administração central e a administração local. Insetos nesses custos, estão o projecto de arquitectura, a obra propriamente dita, o equipamento/mobiliário, bem como o fundo documental. A formalização desta participação concretiza-se através da celebração de um contrato-programa entre o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (I.P.L.B.) e as autarquias envolvidas no processo.

Actualmente, de um total de 260 bibliotecas apoiadas pelo I.P.L.B., 142 encontram-se em funcionamento, fruto da aliança estratégica entre a administração central e a administração local, o que permitiu o incremento de uma Rede Nacional de Leitura Pública.

Ao longo da década de 90, deu-se, pois, início a uma *revolução* tranquila e silenciosa em Portugal na área das bibliotecas públicas. Ano após ano surgiram novos edifícios, apresentando-se a biblioteca pública como um espaço privilegiado para a simbiose entre a sua missão e a participação activa numa política cultural local mais alargada.

Para além da sua principal função, ao nível da recolha, tratamento e difusão da documentação, as bibliotecas públicas deverão ter também como finalidade proporcionar uma actividade complementar: a extensão cultural, apoiada em visitas, exposições, colóquios/debates, animações e conferências, para além da cooperação com outras entidades.

Desta forma, é através dos seus espaços, serviços e recursos humanos qualificados e motivados que a biblioteca pública passa a ser o veículo e o instrumento para o incremento e desenvolvimento de uma política cultural no território municipal.

3. Bibliotecas em movimento: a novas bibliotecas móveis

Entretanto no início da década de 90 verificou-se uma contradição no panorama das bibliotecas portuguesas: se por um lado nasciam pelo território nacional modernas bibliotecas, pelo outro, a F.C.G. foi diminuindo o investimento na sua própria rede, o que conduziu à extinção, em 2002, do Serviço de Bibliotecas Fixas. A frota de bibliotecas móveis desapareceu e as comunidades abrangidas pelas furgonetas cinzentas voltaram a ficar marginalizadas, já que o P.N.P.L. apenas contemplava a construção de uma biblioteca central em cada município e apontava a

criação de redes municipais para um horizonte temporal mais longínquo, sendo omissa no que concerne às bibliotecas móveis.

Desde o início do P.N.P.L., entraram em funcionamento 142 bibliotecas públicas e, na sequência da promoção e divulgação do livro e da leitura (perante o problema da *exclusão* das comunidades localizadas nas periferias dos centros urbanos e áreas rurais) assumiram a responsabilidade de alterar a situação. Assim, com base nos conselhos referidos em *Os serviços da Biblioteca Pública: directrizes da IFLA/UNESCO*, encetaram todos os esforços no sentido de adequar e adaptar, ao meio ambiente em transformação e à política cultural concelhia: uma biblioteca móvel, agora mais apetrechada de meios especializados e informatizados, dando a resposta às necessidades das populações do interior, mais afastadas.

Verifica-se, pois, que, a partir da segunda metade dos anos 90, o número de bibliotecas itinerantes aumentou, assumindo-se como serviço de extensão da biblioteca municipal. A consciência da necessidade e do dever de disponibilizar recursos às comunidades afastadas da biblioteca central desenvolve-se no seio do poder local. Assim se dá conta em 1996, nas Bibliotecas Municipais de Arcos de Valdevez, de Guimarães e de Mirandela (Região Norte de Portugal), o momento que marca o ressurgimento das modernas bibliotecas móveis.

Após um levantamento efectuado junto das 142 bibliotecas municipais em funcionamento, verificamos que existem 17 com serviços móveis (16 motorizados e 1 não motorizado). Em 4 dessas bibliotecas públicas a existência de apenas uma unidade móvel motorizada (com visitas com intervalos de 3 semanas), de colecções reduzidas e de pessoal em número limitado obriga a recorrer a outras modalidades de itinerância, tais como as caixas e malas emprestadas por períodos mais longos que podem ir até três meses.

A maioria destas bibliotecas está localizada na região norte de Portugal, particularmente no interior e em zonas rurais, tendo como principal alvo a população em idade escolar entre os 3 e os 10 anos. O serviço mais solicitado é o empréstimo domiciliário (100%), em especial livros, sendo de referir que 7 unidades são tecnologicamente mais modernas, disponibilizando ainda serviços de informação bibliográfica e de referência.

4. *Regresso ao futuro*: promoção e desenvolvimento das bibliotecas móveis

O renascer das bibliotecas móveis como consequência da concretização no terreno do P.N.P.L., encontra-se numa fase de franca expansão. Só em 2004 surgiram mais três unidades motorizadas: em Esposende, no Montijo e em Porto de Mós, pois cada vez mais se procura ir ao encontro das necessidades das populações.

No entanto, cada autarquia se empenha no seu trabalho de promoção e divulgação interna, sem, contudo, tirar partido da experiência dos seus parceiros, ou mesmo, do município vizinho. Há ainda a falta de cooperação intermunicipal, por forma, a reunir esforços de implementação no terreno de uma política estratégica para a *recriação* de uma rede de bibliotecas móveis. Não será, pois, necessário efectuar o *regresso ao futuro*? Isto é, com base na estratégia aplicada pela rede de bibliotecas da F.C.G., com a metodologia do P.N.P.L. e com a partilha de saberes, *reaprender* a colocar em prática os serviços da biblioteca itinerante?

A presente comunicação, bem como o trabalho de recolha associado, pretende marcar, de forma simbólica, o início de uma discussão em torno da necessidade do associativismo, cooperação e partilha entre a comunidade de bibliotecas itinerantes emergente.

Para que se possam concretizar estas ideias, propõem-se, as seguintes acções:

- Criar um espaço de debate para abordar esta temática no âmbito da missão da Associação Nacional BAD (Grupo de Trabalho de Bibliotecas Públicas), da Associação Regional LIBERPOLIS e a sua eventual integração na Secção das Bibliotecas Públicas da IFLA;
- Traduzir o folheto de apresentação da Secção das Bibliotecas Móveis da IFLA;
- Organização de encontros regionais, nacionais e internacionais sobre bibliotecas móveis;
- Elaboração de instrumentos de planeamento, implementação, desenvolvimento e avaliação de bibliotecas móveis;
- Cooperação entre portugueses e espanhóis e suas comunidades autónomas e também com a comunidade iberoamericana.

6. Bibliografia

MELO, Daniel – As bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura pública em Portugal (1957 – 1987). Análise Social. Lisboa: ICS Vol XL, n.º 174 (2005), p-15-86

MONTSERRAT, Cristina; VENTURA, Núria - Los bibliobuses: la respuesta bibliotecária a los municipios rurales. Barcelona : Diputació de Barcelona, Servei de Biblioteques, 2002.

MOURA, Maria José, coord. - Leitura Pública: rede de bibliotecas municipais: relatório. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

NUNES, Henrique Barreto - Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal. Braga: Autores de Braga, 1998.

EL SERVICIO de bibliobús. Pautas básicas para su funcionamiento. Madrid: Ministério de Educación, Cultura e Deporte. Secretaria de Estado de Cultura. Dirección General del Libro, Archivo y Bibliotecas, 2002.

GILL, Phillip, coord.- Os serviços da biblioteca pública: directrizes IFLA/ UNESCO. Lisboa: Caminho, 2003.

SERVIÇO de bibliotecas itinerantes e fixas: boletim informativo. Ed. António Branquinho da Fonseca. N.º 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961

SERVIÇO de bibliotecas itinerantes e fixas: boletim informativo. Ed. António Branquinho da Fonseca. N.º 6. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962

SOTO ARRANZ, Roberto, coord. - La biblioteca móvil. Gijón: Trea, 2001.